

MENTE E LINGUAGEM: A PERSPECTIVA CHOMSKYANA E SUA REPERCUSSÃO NAS DISCUSSÕES DE PUTNAN, FODOR E SEARLE

Nathália Luiz de Freitas¹

Resumo

Este artigo possui o objetivo de compreender e analisar aspectos relativos a propostas teóricas sobre mente/linguagem desenvolvidas por Chomsky e suas repercussões nas teorizações de Putnan, Fodor e Searle em obras que abordam tal escopo. A partir de uma perspectiva metodológica dialógica, em que é utilizada como instrumento a revisão bibliográfica, foram considerados certos fenômenos mentais/linguísticos discutidos por esses autores. Observa-se que, embora cada um dos estudiosos privilegie a reflexão acerca de determinado objeto hipotético, como intencionalidade, linguagem do pensamento, Gramática Universal e externalismo semântico, Chomsky, Putnan, Fodor e Searle concebem a indissociabilidade entre mente e linguagem nos processos de significação humana.

Palavras-chave: Linguagem. Mente. Chomsky.

Abstract

This article has the objective to understand and analyze aspects of theoretical propositions about mind / language developed by Chomsky and its impact on theories of Putnan, Fodor and Searle in works that deal with this scope. From a dialogical methodological perspective, it is used as a tool to literature review, were considered certain mental/linguistic phenomena discussed by these authors. It is observed that although each of academic favors the reflection on certain hypothetical object, such as intentionality, language of thought, Universal Grammar and semantic externalism, Chomsky, Putnan, Fodor and Searle conceive of the inseparability of mind and language in processes of signification human.

Keywords: Language. Mind. Chomsky.

Considerações Iniciais

Os objetos *Mente e Linguagem*, de modo isolado, são escopos investigativos pelos quais tiveram e têm interesse estudiosos de diferentes áreas do conhecimento durante toda a trajetória do desenvolvimento filosófico-científico de que se tem documentação. A partir do advento de novos aportes teóricos, arcabouços metodológicos e instrumentais tecnológicos, houve extensão significativa da amplitude de investigação dessas temáticas, de forma que suas estruturas e funcionamentos receberam e têm recebido descrições e explicações realizadas por expoentes de diversas vertentes do saber, entre as quais está a Neurociência, área responsável por parcela expressiva das conjecturas atuais, principalmente, quanto a

¹ Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS – Campus Poços de Caldas. Rua Coronel Virgílio Silva, n. 1723, Poços de Caldas, MG, Brasil. nathaliadefreitas@yahoo.com.br.

aspectos fisiológicos e biológicos da mente e da linguagem.

Embora tenham sido foco de estudos em diferentes épocas e através de variados filósofos/cientistas, somente com Chomsky, na década de 50 do século passado, abriu-se caminho para a investigação da mente e da linguagem em conjunto². Pela primeira vez, atentou-se para a relação específica e necessária entre mente e linguagem como instâncias, de natureza biológica, inseparáveis e plausíveis de serem concebidas, juntamente, como um objeto de estudo. Ao colocar a faculdade mental da linguagem como objeto de estudo da Linguística, Chomsky (1957) assume uma perspectiva naturalista e internalista no seio das discussões de tal ciência, do qual resultam implicações substanciais para o estudo da díade mente-linguagem.

As ideias que embasam o Programa Gerativista fomentaram investigações tanto no âmbito da Linguística quanto em outras áreas. Componentes da proposta, como o naturalismo da sintaxe, a perspectiva modular da mente com relativa autonomia entre os módulos (inclusive o da linguagem), o caráter internalista da semântica e a natureza computacional da mente/linguagem levaram a discussões teórico-epistemológicas que, por seu turno, trouxeram contribuições significativas para o estudo da mente/linguagem. Entre tais discussões, destacam-se as teorizações de Putnan (1960/1975), as propostas de Fodor (1975/1983) e os esforços teóricos de Searle (1983/1992), estudiosos que se ocuparam e têm se ocupado de uma série de fenômenos relativos ao escopo mente/linguagem.

Putnan (1975), entre outras questões, busca compreender a noção de conteúdo mental, apresentando a tese de que o conteúdo linguístico é determinado por fatores externos ao sujeito que profere uma sentença declarativa, aos quais ele não tem acesso direto, de modo a indicar que a referência é estabelecida através de relações causais objetivas e externas entre o objeto da referência e os estados internos que participam no uso do termo pelo falante. Fodor (1975/1983), em linhas bem gerais, postula a existência de uma linguagem do pensamento de caráter inato, à qual manipula os símbolos mentais, de forma a propiciar a geração de significados, condição fundamental para a aquisição de uma linguagem natural, além de formular um arcabouço teórico sobre a arquitetura mental, especificando a configuração modular da mente e a organização das capacidades cognitivas. Searle (1992), *grosso modo*, questiona o fato de a sintaxe ser uma característica física, de maneira a considerar tal

² Vale ressaltar, contudo, que tal afirmação diz respeito à relação mente/linguagem como objeto de estudo, já que, o próprio Saussure, no *Curso Geral de Linguística*, aponta a existência de uma faculdade de linguagem, com sede no cérebro, cujo produto social é a língua. Sua decisão teórica de eleger a língua como objeto de estudo da Linguística pode ser entendida em função das possibilidades científicas da época, em detrimento da assunção de que os sistemas linguísticos teriam uma natureza estritamente social (cf. MODESTO, 2014).

propriedade como sendo relativa ao observador, constatação da qual emergem outros pontos de vistas contrários à perspectiva cognitiva chomskyana.

Nessa perspectiva, torna-se instigante e de relevância teórica investigar as consonâncias e divergências existentes entre os programas de investigação sobre mente/linguagem de Chomsky, Putnan, Fodor e Searle, tomando-se o primeiro estudioso como ponto de partida. A opção por tais autores deve-se ao fato de que tratam de questões como a natureza da linguagem, sua estrutura e funcionamento enquanto instância interna e/ou externa ao indivíduo, a relação entre computação, mente e linguagem, a configuração da linguagem na mente, as funções da semântica e da sintaxe nos processos mentais e linguísticos e a caracterização dos estados mentais³. Diante do exposto, este artigo configura uma tentativa de compreensão e análise de aspectos referentes a teorizações sobre mente/linguagem desenvolvidas por Chomsky e suas repercussões nas propostas teóricas de Putnan, Fodor e Searle em obras que abordam tal escopo.

Metodologia

Este estudo tem como método de abordagem, ou seja, sua caracterização ampla e em nível de abstração mais elevado dos fenômenos em foco, o método dialético, que visa à elaboração de conceitos com o objetivo de examinar os fenômenos e objetos e diferenciá-los (MARCONI; LAKATOS, 2010). O emprego do método dialético como base de raciocínio permite “verificar com mais rigor os objetos de análise, justamente por serem postos frente a frente com o teste de suas contradições possíveis” (MEZZARROBA; MONTEIRO, 2003, p. 72). Assim, através do método dialético, é possível investigar as discussões acerca da relação mente/linguagem de Chomsky, Putnan, Fodor e Searle, tomando-se o primeiro estudioso como ponto de partida, com vistas a atender aos objetivos propostos na pesquisa.

Considerando que a fonte em que se encontra o material de interesse do projeto proposto é formada por textos escritos, especialmente livros, o principal instrumento a ser usado é a revisão sistemática de literatura das obras de Chomsky, Putnan, Fodor e Searle. Levando-se em conta a extensão das obras de tais estudiosos, este trabalho se ocupou da investigação de aspectos relativos a teorizações sobre mente/linguagem nos escritos chomskianos *Language and Mind* (2006) e *New Horizons in the study of language and mind*

³ Não necessariamente todos eles abordam especificamente as mesmas temáticas, haja vista que cada um deles está preocupado com um objeto de estudo em particular; porém, suas discussões tangenciam, em alguma medida, as problemáticas citadas.

(2000), nas publicações de Putnan *Minds and machines* (1960) e *Language, Mind and Knowledge* (1975), nas produções fodorianas *The Language of Thought* (1975) e *The Modularity of Mind* (1983) e nos livros de Searle *Intentionality* (1983) e *The rediscovery of the mind* (1992).

Os trabalhos de revisão de literatura consistem em estudos que descrevem e analisam a produção bibliográfica em determinada área temática e em um recorte temporal, propiciando um panorama que tende a ser reflexivo, acerca do estado da arte de um tópico específico. Esses estudos buscam evidenciar novas perspectivas, métodos, ênfases que certos subtemas têm recebido na literatura selecionada, entre outros aspectos relevantes que venham a ser observados. Podem ainda ser utilizados com o intuito de posicionar o leitor do trabalho, assim como o próprio pesquisador no que tange aos avanços e retrocessos relativos à temática em questão, além de serem passíveis de fornecer informações que contextualizem a extensão e a significância do problema que se aborda (NORONHA; FERREIRA, 2000).

A perspectiva Chomskyana

A Linguística como ciência cognitiva, ou seja, sob o estatuto de ciência natural que se ocupa dos fenômenos simbólicos enquanto ocorrências na mente/cérebro tem seu marco inicial com Noam Chomsky (GARDNER, 2003), quando de seu postulado da existência de uma gramática formal internamente representada, fundamentada em uma faculdade biológica de linguagem, responsável pela produção simbólica (CHOMSKY, 1957). Trata-se de uma perspectiva internalista de linguagem inserida no domínio da Psicologia e, por conseguinte, no da Biologia, visão esta que prevê a análise da linguagem de acordo com o aparato metodológico das ciências naturais, embora admita que a Linguística possua leis e generalizações próprias que a impedem de ser descrita e explicada nos termos de ciências como a Física, por exemplo (SMITH, 2005).

Na concepção de Chomsky (2005), a faculdade humana de linguagem consiste em uma propriedade da espécie, de modo a variar pouquíssimo entre os seres humanos, podendo ser considerada um “órgão da linguagem” (p. 31) à medida que se têm sistemas visual, imunológico, circulatório etc. como órgãos do corpo. Segundo o linguista, tal órgão, assim como os demais que compõem a estrutura biológica da espécie humana, é um subsistema de uma estrutura complexa, possuindo expressão genética. Ademais, cada linguagem é a culminância da inter-relação do estado inicial – comum à espécie –, concebido como um sistema de aquisição de linguagem, e o curso da experiência, que serve de *input* e fornece a

linguagem como *output* – o qual é representado na mente/cérebro.

No cerne do programa de investigação chomskyano está a Gramática Universal⁴, expressão que designa o conjunto de princípios linguísticos geneticamente determinados, isto é, diz respeito ao estado inicial da faculdade de linguagem, o qual permite a existência de um número indefinido de línguas humanas possíveis (CHOMSKY, 1957; 2000; 2006). Trata-se, pois, de uma Gramática Gerativa, um sistema dedutivo que especifica todas as expressões bem formadas da linguagem, através do qual os seres humanos são capazes de criar um número infinito de sentenças com base em um conjunto finito de regras e de dados do ambiente. A Gramática Gerativa é um aparato biológico/mental de carácter universal, concebido como um “sistema de princípios, condições e regras que são elementos ou propriedades de todas as línguas humanas, não por mero acaso, mas por necessidade [...] biológica, não lógica”. (CHOMSKY, 1975, p. 28).

A concepção referente à Gramática Gerativa surgiu durante o que habitualmente denomina-se de *Revolução Cognitiva*⁵, nos anos 50, momento em que houve uma substancial mudança de perspectiva: o estudo do comportamento e de seus produtos, entre eles os textos, cedeu espaço à investigação dos mecanismos internos envolvidos nos pensamentos e ações (GAZZANIGA, *et. al.*, 2006). Assim, o comportamento, e o que dele emerge, passou a ser tomado como um dado passível de propiciar evidências acerca dos mecanismos mentais, bem como sobre as formas pelas quais esses mecanismos operam na execução de ações e interpretação de experiências, em detrimento de ser considerado como o objeto próprio de estudo. Para Chomsky (2005), a adoção da perspectiva cognitiva corresponde ao “estudo de um objeto real no mundo natural – o cérebro, seus estados e suas funções – e, assim, conduzir o estudo da mente em direção a uma eventual integração com as ciências biológicas” (p. 33).

No fim dos anos 50, o movimento cognitivo ganhou força a partir da publicação da resenha⁶ de Chomsky sobre o livro *Comportamento Verbal* (1957), de Skinner. A obra

⁴ Embora tenha sido definida de modos diferentes ao se considerar o desenvolvimento teórico de Chomsky, entre a Teoria Padrão e a Teoria dos Princípios e Parâmetros, a Gramática Universal traz em seu escopo a tese dos universais formais da faculdade de linguagem e o postulado de existência de um órgão mental, em que se encontra um estado inicial, o qual especifica as gramáticas das línguas humanamente possíveis.

⁵ Em entrevista à Revista Mana no ano de 1997, Chomsky discorre sobre a Revolução Cognitiva: “Eu preferiria chamá-la de segunda revolução cognitiva, não de primeira. A primeira revolução cognitiva ocorreu no século XVII, e foi apenas uma parte da revolução científica geral daquele período. Se retornarmos àquela época, perceberemos que as questões então postas – e até mesmo algumas das respostas dadas – foram, de várias maneiras, retomadas e modificadas, reformuladas e redescobertas (já que tinham sido totalmente esquecidas) pela revolução cognitiva da década de 50.” (p. 185)

⁶ Quanto ao teor da resenha, em linhas gerais, Chomsky (1959) teceu considerações relativas à limitação das explicações fornecidas por Skinner acerca do comportamento verbal, apontando que as variáveis levadas em conta pelo behaviorista possuem carácter exclusivamente externo ao homem, ao qual não caberia qualquer tipo de autonomia durante a emissão de suas respostas. Na percepção de Chomsky, haveria processos mentais entre os

resenhada é fruto do modelo científico behaviorista, de orientação empirista, e consistiu em uma tentativa de estabelecer que todos os fenômenos complexos humanos, entre os quais a linguagem, poderiam ser explicados tendo-se como objeto científico o comportamento. Nessa perspectiva, a resenha chomskyana reascendeu a polêmica discussão acerca da natureza humana, defendendo o viés racionalista e pautando-se na premissa de que o conceito de representação, sob a forma de atividade mental, seria totalmente plausível a um modelo científico de explicação dos fenômenos humanos. Na concepção de Chomsky (1957; 2006), não seria possível entender o processamento mental humano, especialmente o linguístico, na ausência da compreensão sobre quais as regras regem o processamento cognitivo de uma proposição, de forma a ser fundamental a investigação sobre o modo pelo qual as representações mentais são passíveis de gerar proposições linguísticas. De acordo com o linguista, os aspectos biológicos têm papel fundamental no que tange à linguagem, já que parcela representativa das regras responsáveis pelo processamento linguístico seria inata.

A mudança de paradigma supracitada é fundamental para o pensamento Chomskyano que, por sua vez, fomentou uma série de investigações concernentes aos mecanismos de funcionamento da mente e da linguagem, tanto por parte de linguistas quanto de filósofos. Se antes, a Linguística se ocupava do estudo dos produtos linguísticos, a partir da ótica gerativista, essa ciência deveria se ater à compreensão dos bastidores dessas produções, ou seja, daquilo que é anterior ao comportamento linguístico, a capacidade biológica e exclusivamente humana de gerar linguagem. Na perspectiva de Chomsky, a referida capacidade é de natureza mental, sendo, portanto, a mente, ou especificamente uma parte dela – condizente à linguagem –, o objeto de estudo da Linguística (CHOMSKY, 2000). O gerativista inicia e estabelece uma concepção internalista de linguagem, segundo a qual a linguagem – ou, ao menos, uma parte dela – tem existência na mente/cérebro do ser humano.

Na perspectiva de Chomsky (1957), considerando que, em sua exterioridade, a linguagem consiste em cadeias de representações discretas, que podem gerar novas cadeias de

inputs ambientais (termo equivalente à expressão skinneriana *estímulo*) e os *outputs* (que corresponde ao termo skinneriano *resposta*) produzidos durante a comunicação. Ademais, o gerativista apontou dois problemas cruciais na proposta de Skinner: i) Os resultados obtidos por meio da realização de pesquisas em laboratório não poderiam ser generalizados na ausência de controle rígido; e ii) Os resultados oriundos da experimentação animal não humana não poderiam, conforme fez Skinner, ser concebidos como “livres de restrição de espécies” (SKINNER, 1957, p. 3). Chomsky argumentou que o enfoque behaviorista era equivocado, haja vista que os conceitos elaborados a partir dos estudos desenvolvidos em laboratório – estímulo, resposta, reforço, privação etc. – não seriam capazes de abarcar a complexidade humana. Cumpre apontar que, no final dos anos 60, a crítica chomskyana começou a ser examinada, de modo que um dos aspectos mais importantes de tais revisões consiste na tentativa de evidenciar que Chomsky julgou erroneamente a obra de Skinner como uma teoria da linguagem, em detrimento de uma teoria do comportamento linguístico.

símbolos – processos passíveis de serem modelizados pela lógica –, a referida capacidade humana necessita de um suporte material que, segundo o linguista, é responsável pelo cálculo de representações inacessível à consciência, cujos universais formais têm determinação inata. Esse aparato biológico, de configuração neuronal, é, portanto, de natureza algorítmica, podendo ser analisado e simulado, do que advém a plausibilidade de uma mente computacional e da existência de regras e representações simbólicas, bem como o postulado da autonomia da sintaxe em relação à semântica e do caráter gerativo da primeira em detrimento do caráter interpretativo da segunda (CHOMSKY, 1957).

A sintaxe possui papel preponderante na teorização gerativista, haja vista que, nela, a capacidade humana de combinar e recombinar símbolos verbais, conforme regras específicas que possibilitam a formação de um sem número de sentenças gramaticalmente válidas é independente dos níveis semântico e fonológico. Assim, a sintaxe, em uma concepção estritamente computacional – de combinação de símbolos: advérbios, conjunções, preposições, substantivos, verbos etc. –, tem relevância não só para a compreensão da formação e do desenvolvimento das regras da linguagem especificamente, mas também, para o entendimento da relação entre a formação bem como desenvolvimento de tais regras e as estruturas cognitivas da mente, entre as quais está a estrutura mental particular da linguagem (CHOMSKY, 1971). Searle (1992) coloca-se totalmente contrário a tal visão sobre a sintaxe, como poderá ser observado.

A estrutura mental particular da linguagem acima referida diz respeito ao isolamento funcional dos processos algorítmicos desta com relação aos outros processos mentais, proposto por Chomsky (1957; 1971). Trata-se de uma perspectiva modular, em que há o isolamento funcional delimitado do módulo de linguagem, concebido como um sistema cognitivo informacionalmente encapsulado. A perspectiva modular da mente de Chomsky, na qual a mente seria composta por módulos autônomos, relativamente independentes uns dos outros, caracterizados por princípios e representações específicas, foi essencial para o advento de propostas tanto sobre a natureza e arquitetura da mente, quanto acerca dos atributos relativos ao funcionamento cognitivo da linguagem especificamente, conforme feito por Fodor.

Putnan

Hilary Putnan tem fornecido contribuições significativas para a Filosofia da Ciência, Filosofia da Mente e Filosofia da Linguagem, sendo que, com relação aos dois últimos

escopos, suas formulações teóricas sobre o Funcionalismo e o Externalismo Semântico são de grande relevância para os estudos sobre mente/linguagem. Uma de suas características como investigador é a proposição de experimentos mentais com vistas a explorar as consequências das hipóteses aventadas acerca de um fato ou um fenômeno, de forma que o experimento mental, denominado Terra Gêmea, consiste no raciocínio fundamental para seus postulados quanto ao Externalismo Semântico.

O argumento da Terra Gêmea, desenvolvido por Putnam no seu ensaio *The meaning of 'Meaning'* (1975), pretende refutar a tese descritivista⁷ da referência, conforme a qual a referência dos termos é fixada por meio de conceitos ou estados mentais individuais, de forma a defender que o conteúdo linguístico possui determinação de fatores externos ao sujeito que faz uso da linguagem. Trata-se, pois, da defesa do externalismo semântico. Para o estudioso, a referência é estabelecida por relações causais objetivas e externas existentes entre o objeto de referência e os estados internos mobilizados durante o emprego do termo pelo falante, configurando uma perspectiva causal da referência. Segundo tal argumento, dois falantes, *F* e *F'*, – conceitos ou descrições que os falantes associam aos termos e que determinam a sua extensão – a uma determinada palavra e, contudo, ela ter diferentes extensões – referências. Disso resultam duas conclusões: i) As intensões dos termos⁸, interpretadas como os estados mentais que correspondem à apreensão do sentido de um termo, não determinam a extensão; e ii) O conteúdo descritivo de termos não é suficiente para determinar a extensão. Portanto, na concepção de Putnam (1975), os significados não estão na “cabeça”, conforme assinalam os descritivistas, mas na coletividade, isto é, o estabelecimento do significado de um termo, da sua extensão, é dependente da cooperação entre os diversos membros de uma sociedade. Essa é a hipótese da divisão do trabalho linguístico.

No entanto, tais considerações têm aplicação efetiva apenas para certos termos e em determinados momentos, especialmente para termos referentes a tipos naturais, como o termo *água*. Conforme Putnam (1975), os termos para tipos naturais têm um componente indexical oculto, cuja descoberta se dá em razão da forma como a sua referência é fixada, isto é, através de uma definição ostensiva. Tendo em vista que o termo *água*, por exemplo, denota algo que o indexical “este” (apontado para a água) da definição ostensiva se refere no mundo, os estados mentais, além de não determinarem a extensão dos termos para tipos naturais, também

⁷ Segundo Putnam (1975), as teses da semântica tradicional descritivista podem ser sintetizadas em: i) saber o significado de um termo consiste somente em estar em certo estado mental, ou seja, em apreender a intensão do termo; e ii) a intensão de um termo determina a sua extensão, isto é, se dois termos possuem a mesma intensão (sentido), então, têm a mesma extensão (referência).

⁸ Putnam se refere a termos para tipos naturais, como a água, conforme exposto no experimento mental Terra Gêmea.

não estabelecem os objetos intencionais — sobre o que, de fato, se pensa quando se pensa em água. Assim, o raciocínio de Putnan aborda a referência relativa a termos que denotam algo que possuem essência no mundo, de forma que, mesmo que o conceito não capture a essência da referência, tal essência existe, pois é ela que define o significado, contudo, são poucas as coisas no mundo que realmente possuem essências, fatores estes apontados por Chomsky (2000) como sendo contrários à ideia geral de Putnan. Searle (1983) também se posiciona contrariamente à argumentação de Putnan, assumindo que, sendo o objetivo de uma teoria semântica explicar o modo como a linguagem se relaciona com o mundo, tal conexão ocorre em razão de os falantes a relacionarem durante a execução de atos linguísticos.

A insistência de Putnan na regulação do uso da linguagem por fatores externos vai de encontro à perspectiva mentalista chomskyana, conforme a qual há relações entre a faculdade de linguagem e a representação de mundo, especificamente, entre a forma de interpretar itens lexicais e o modo de percepção das coisas, uma vez que, segundo Chomsky (2000), todas as palavras possuem propriedades semântico-conceituais, derivadas, em grande parte, da natureza, com alguma contribuição da experiência, as quais só podem ser usadas quando interpretadas pelos falantes. Trata-se de um embate entre uma postura externalista e outra internalista sobre a natureza do significado, discordância esta não existente quanto à sintaxe, já que, ao reconhecer em 1975 que a linguagem é a primeira capacidade cognitiva humana que não está sendo descrita de forma simplificada, principalmente, em razão dos trabalhos dos linguistas gerativistas, Putnan afirma que tais estudos proporcionam uma descrição incomparavelmente pormenorizada da sintaxe das línguas naturais, mas não abordam a questão do significado das palavras, situação que o estudioso hipotetiza resultar do fato de o conceito pré-científico de significado estar bem menos desenvolvido que o conceito pré-científico de sintaxe.

Ainda discutindo questões sobre o significado, Putnan (1991) afirma não ser possível utilizar a Neurociência para esclarecer aspectos semânticos, já que, para ele, tal ciência é capaz de descobrir os fenômenos eletroquímicos que ocorrem no cérebro de alguém que usa, por exemplo, a palavra *gato*, o que, entretanto, não teria qualquer relevância para esclarecer o significado de *gato*, o que resulta que o estudo do cérebro não auxilia nos estudos acerca da noção de significado. Novamente, há uma diferença de perspectiva entre Putnan e Chomsky, pois o gerativista, embora admita que a análise do cérebro, no que se refere à descrição das suas configurações neurais, não é suficiente para evidenciar questões sobre as propriedades semânticas das palavras, afirma que, quando tal análise é combinada a uma investigação dos aspectos computacionais representacionais do cérebro, diversas problemáticas referentes ao

uso das propriedades semânticas da linguagem podem ser elucidadas (CHOMSKY, 2000).

Com relação à outra formulação teórica mencionada, o Funcionalismo, Putnam⁹ considera os estados mentais como sendo funcionais, em detrimento de cerebrais, do que advém sua posição sobre a impossibilidade de os estados mentais serem reduzidos a aspectos físicos, já que as propriedades mentais não são idênticas aos estados cerebrais (PUTNAN, 1960). Tal perspectiva concebe a mente como sendo análoga ao computador. Assim, os estados mentais de seres como, por exemplo, os humanos, estão para os estados neurofisiológicos do mesmo modo que os estados lógicos de uma máquina estão para os estados físicos desta, ou seja, *a mente está para o cérebro como o software para o hardware*. Tal noção funcionalista é essencial para o surgimento da teorização de Fodor acerca do simbolismo representacional-computacional autônomo dos estados funcionais, em termos de linguagem do pensamento.

Fodor

Jerry Fodor pode ser considerado um dos teóricos mais importantes da Filosofia da Mente contemporânea e da Psicologia Cognitiva. Claramente influenciado pela linguística chomskyana e pela perspectiva funcionalista de Putnan, Fodor é o responsável por duas teorizações de suma importância para a área investigativa referente ao escopo mente/linguagem, quais sejam: a Teoria Representacional da Mente, cujo cerne reside na assunção de uma linguagem do pensamento, e a Teoria Modular da Mente, que visa ao entendimento da estrutura mental e da organização das capacidades cognitivas, entre as quais a linguagem.

Inspirado pelos modelos computacionais, Fodor (1975), em *The Language of Thought*, buscou dar respostas à problemática relativa à maneira como ocorre a passagem do objeto do mundo real para o universo da referência linguística. Segundo o autor, “certos tipos de padrões muito centrais de explanação psicológica pressupõem a disponibilidade, para o organismo atuante, de algum tipo de sistema representacional” (p. 31). Assim, a mente de um indivíduo necessita ter meios para representar: i) suas opções de comportamento; ii) as prováveis consequências de agir sobre as opções de comportamento; e iii) a situação original em que ele (o indivíduo) se encontra. As relações entre *inputs* e *outputs* seriam, então,

⁹ Atualmente, Putnan rejeita o funcionalismo.

mediadas por um sistema de representações internas, as quais, por sua vez, possuiriam diferentes níveis de representação, determinados “por uma diversidade de variáveis, incluindo fatores de motivação e atenção e o caráter geral das avaliações desse organismo sobre as demandas características de sua tarefa” (FODOR, 1975, p. 156). A resposta de um indivíduo ao *input* em questão seria, portanto, determinada pela forma de representação interna que o organismo atribui ao *input*, sendo tal atribuição dependente, por seu turno, do modo de sistema representacional disponível, no indivíduo, com vistas à mediação dos processos cognitivos.

Diante disso, tem-se um processo de decisão computacional, sendo que a ação realizada pelo agente advém de computações acerca das representações de ações possíveis. Não havendo representações, não existem computações. O comportamento resultaria de uma computação, fator que exige a existência de um sistema de representações ou uma linguagem do pensamento, o “mentalês”, de forma que as rotinas computacionais constituintes das possibilidades cognitivas dos indivíduos são estabelecidas pelas fórmulas oriundas dessa linguagem interna. Desse modo, a linguagem do pensamento preenche a lacuna entre a trajetória do objeto no mundo real e a sua respectiva referência linguística, seu sentido. Conforme Fodor (1975), “a representação pressupõe um medium de representação, e não há simbolização sem símbolos. Em particular, não há representação interna sem uma linguagem interna” (p. 55).

Ainda de acordo com Fodor (1975), a aquisição de uma língua natural exigiria a linguagem do pensamento, já que a aprendizagem de uma primeira língua envolve a construção de gramáticas em consonância a algum sistema inatamente especificado de universais linguísticos bem como a testagem dessas gramáticas diante de um *corpus* composto de enunciados observados em alguma ordem determinada. Nesse raciocínio, é necessário existir uma linguagem que permita a representação dos universais, das gramáticas concorrentes e dos enunciados observados, linguagem esta que não pode ser natural, uma vez que é a primeira língua que a criança está adquirindo. Disso advém que a linguagem do pensamento, assim como a gramática universal de Chomsky (1957), é inata, não sendo aprendida conforme o são as línguas naturais. Contudo, tal linguagem interna compartilha certas propriedades com as línguas naturais, entre as quais, a produtividade, que propicia ao sistema simbólico mental a habilidade de “calcular as opções comportamentais apropriadas para um tipo de situação em que ele nunca se encontrou antes” (FODOR, 1975, p. 31-32). Outra característica fundamental da linguagem mental é a de que suas fórmulas possuem propriedades semânticas concernentes à sua capacidade de representação da realidade e dos

estados de coisas relativos a ela, isto é, ao se aprender o significado em língua natural, a extensão dele é representada na linguagem do pensamento.

A tese de linguagem inata é a postura básica de Fodor no que se refere à teoria da mente, já que aborda especificamente a sintaxe, deixando de lado a questão do conteúdo, isto é, da semântica, problemática que só se tornou preocupação do estudioso no início da década de 80, após discussões com Putnan sobre o externalismo. Fodor (1975) postula uma teoria da mente que, na esteira de Chomsky, admite a existência de estados mentais, de causalidade mental e de conteúdo informativo inato (princípios por meio dos quais os indivíduos, ao nascerem, são capazes de compreender a experiência e de adquirir uma linguagem). À hipótese da linguagem do pensamento subjaz a premissa de que os símbolos mentais envolvidos nas representações de mundo nos pensamentos dos seres humanos são como sentenças, sendo que, do mesmo modo que as gramáticas de qualquer língua natural não impõem limites sobre a quantidade de sentenças enunciáveis, o “mentalês” não limita o número de pensamentos possíveis. A perspectiva fodoriana também associa a Psicologia Cognitiva à Teoria da Computação, ao explicar de que forma os objetos mentais, como pensamentos e conceitos, podem fornecer domínios aos processos mentais, entre os quais o raciocínio, sendo possível abordar os processos mentais como tipos de computações, as quais consistem em operações formais definidas sobre as estruturas sintáticas das representações (FODOR, 1975).

Baseando-se na teoria transformacional de Chomsky, Fodor (1983) defende que os módulos de processamento de informação – módulos mentais ou cognitivos – são inatos, de maneira que, ao longo da vida do ser humano, há uma adaptação desses módulos ao ambiente, o que possibilita a aprendizagem. Em sua concepção, os processos mentais são mais bem explicados sob a forma de módulos independentes, isto é, encapsulados, os quais funcionam por meio de regras e processos próprios. Cada um dos módulos estaria ligado a um processador central, capaz de acessar as informações presentes em todos os outros módulos. O processador teria certa flexibilidade quanto à tomada de decisões e resolução de problemas, com base nos muitos *inputs* que recebe, do que resultaria a construção de hipóteses (crenças) sobre como o mundo e seus constituintes são. A arquitetura do modelo computacional da mente fodoriano é composta por sistemas que funcionam sequencialmente: i) sistemas compiladores: de nível sensorial, fornecedores dos suportes perceptivos; ii) sistemas de entrada: operação computacional, encapsulada, que é responsável por identificar os objetos por meio de suas características perceptivas; e iii) processador central.

Fodor (1983), em *A modularidade da Mente*¹⁰, advoga por uma psicologia das faculdades mentais, segundo a qual a mente consiste em um “complexo heterogêneo e destaca as diferenças entre funções ou noções mentais, como sensação e percepção, volição e cognição, aprendizagem e memória, linguagem e pensamento” (1983, p. 01). O mentalismo forte de sua postura pode ser observado em sua afirmação de que “a estrutura do comportamento está para a estrutura da mente, assim como o efeito está para a causa” (1983, p. 02). Trata-se de um programa investigativo que se restringe à psicologia cognitiva¹¹, não abarcando elementos da psicologia das emoções, nem da psicologia social. Os objetivos fundamentais da metáfora da mente modular é compreender no que consiste a estrutura mental e qual a forma de organização das capacidades cognitivas. Para tanto, Fodor exhibe quatro explicações sobre o caráter da estrutura mental, as quais possuem tanto pontos distantes quanto comuns: neocartesianismo, estrutura horizontal da mente, estrutura vertical da mente e associacionismo. A partir do contraste entre tais explicações, surge, então, o fundamento de sua tese da modularidade da mente, ou seja, a defesa da psicologia das faculdades mentais.

Searle

O filósofo John Searle pode ser considerado um dos grandes pensadores da Filosofia da Mente na atualidade. Embora tenha iniciado sua trajetória acadêmica se preocupando com questões relativas à Linguística e à Filosofia da Linguagem, com seus escritos sobre os *speech acts* (atos de fala), a maioria de suas produções diz respeito à reflexão acerca de fenômenos mentais, entre os quais a relação linguagem/mente e os processos envolvidos nela. Sua objeção radical à Inteligência Artificial Forte, por meio do experimento mental da sala chinesa, exposto no polêmico artigo *Minds, Brains and Programs* (1980), é o trabalho que o coloca no bojo das discussões tangentes aos fatos mentais, especialmente, no que se refere aos pressupostos teóricos e epistemológicos que sustentam o cognitivismo¹².

O argumento da sala chinesa restringiu a pretensão da Inteligência Artificial Forte, de que os programas de computador pudessem ter certa capacidade de entendimento tal como os

¹⁰ A obra *A Modularidade da Mente* teve origem em um curso sobre Teoria da Cognição, desenvolvido juntamente a Chomsky, em 1980.

¹¹ A discussão sobre o que a psicologia cognitiva estuda possui posições bastante divergentes, uma vez que pesquisadores como Antônio Damásio entendem que os processos afetivos são, por excelência, cognitivos (DAMASIO, 2011).

¹² Searle (1997) denomina de cognitivismo a tendência recente da ciência cognitiva que defende o fato de o computador fornecer uma imagem correta da natureza do mental, não consistindo em uma metáfora somente.

seres humanos, ao demonstrar que a sintaxe não é intrínseca à semântica. Consequentemente, na perspectiva de Searle (1997), o cognitivismo abandonou a tese de que a mente é um computador que possui estados mentais, passando a postular somente que o cérebro efetua processamento de informação sintático sobre a estrutura formal de estados mentais. Assim, para Searle, os cognitivistas passam a assumir que os processos computacionais¹³ – operadores e manipuladores de símbolos – operam sobre a estrutura formal dos estados mentais permanecendo a premissa cognitivista de que o cérebro é um computador digital. Portanto, Searle (1992) entende que o argumento da sala chinesa não alcança totalmente o cognitivismo, já que tal raciocínio não aborda a questão de os processos computacionais serem constitutivos de processos e estados mentais.

O filósofo considera que o cognitivismo não atinge o objetivo de explicitar de que forma os modelos devem se relacionar com a realidade modelada, uma vez que os modelos computacionais não conseguem demonstrar de que maneira exata o cérebro é intrinsecamente um computador digital que efetua processamento de informação. Com vistas a essa demonstração, Searle afirma que o cognitivismo precisaria responder à formulação: “que fato acerca do cérebro poderia decretar ser ele um computador digital?” (1997, p. 292). Não sendo capazes de resolver a referida questão, os cognitivistas estariam atribuindo arbitrariamente propriedades a um sistema, em vez de demonstrar que essas características são intrínsecas a ele.

Também, por meio da análise da concepção de computação elaborada pelos cognitivistas, Searle (1992) avança determinados problemas relativos aos estudos da mente/cérebro desenvolvidos pelos cognitivistas, entre os quais está a ausência de acordo entre tais teóricos sobre a ideia de computação que, por sua vez, só foi consensual nas origens das ciências cognitivas, quando da formulação de Alan Turing. Segundo Searle (1997), de acordo com Turing, uma máquina de Turing é passível de executar certas operações elementares, como reescrever um 0 na sua fita de gravação sob a forma de 1, reescrever um 1 na sua fita no formato de um 0, deslocar a fita uma casa para a esquerda ou deslocar a fita uma casa para a direita. Há o controle por um programa de instruções, de maneira que cada instrução especifica uma condição e uma ação a ser executada se a condição for satisfeita.

Ao assumir que o cérebro é um computador digital, ou seja, que manipula 0's e 1's, o movimento cognitivista, segundo Searle (1992), considera que pode-se produzir um sistema que realiza os mesmos feitos que o cérebro a partir de qualquer material, advindo da referida

¹³ Conforme Searle (1997), segundo os cognitivistas, a estrutura formal dos processos computacionais seria semelhante à estrutura formal dos estados mentais.

definição de computação que a máquina computacional pode ser feita de qualquer substância. Trata-se, pois, da tese da múltipla realizabilidade, conforme a qual a computação pode ser implementada em qualquer tipo de material físico, uma vez que ela não consiste em uma propriedade ou característica pertencente ao material que efetua a manipulação simbólica de 0's e 1's. Contudo, para Searle, a assunção da tese da realizabilidade tem a consequência de admitir uma realizabilidade universal, de forma que "tudo poderia ser um computador digital, pois que todo e qualquer objeto poderia ter atribuições sintáticas feitas a ele" (SEARLE, 1997, p. 296). Não sendo a computação uma propriedade intrínseca à substância, a atribuição de propriedades sintáticas é sempre relativa a um agente ou observador humano. Por isso, Searle assente que não se pode aceitar a posição cognitivista de que o cérebro pode ser caracterizado como um computador digital, mas que se deve considerar somente a possibilidade de atribuição de interpretações computacionais às coisas.

Searle (1997) se opõe ainda à perspectiva de que os mecanismos através dos quais os processos cerebrais produzem a cognição são computacionais e que, através da especificação dos programas, são encontradas as causas da cognição, não sendo necessário conhecer detalhadamente o funcionamento do cérebro para explicar a cognição, tendo em vista que a investigação seria no nível dos programas – lugar onde seriam manipulados os 0's e 1's que se movem pelo cérebro “à velocidade de um raio” (p. 307) e causam a cognição. Na concepção de Searle, entretanto, o processo em questão não seria possível, pois os 0's e 1's, enquanto tais, não possuem quaisquer capacidades causais, haja vista que sequer existem, exceto a partir do ponto de vista dos observadores. O programa implementado só possui capacidades causais referentes ao meio implementante, pois depende de ser implementado por alguém e em algum lugar, resultando que os programas de computador existem à medida que os seres humanos os implementam. Portanto, Searle (1992) procura evidenciar que o cognitivismo não consegue fornecer uma explanação causal da cognição, uma vez que a sintaxe não possui capacidades causais e, tanto o computador bem como o cérebro somente são dotados de configurações, que, por seu turno, têm capacidades causais referentes ao seu meio implementante.

Também a tese cognitivista, segundo a qual é um fato intrínseco sobre o cérebro ser ele um sistema que processa informação, é negada por Searle (1997). Na perspectiva do estudioso, os fenômenos mentais não podem ser entendidos como manipulações simbólicas, pois não se pode confundir a realidade com o modelo, havendo diferenças significativas entre um modelo (computacional) e a forma como, de fato, fenômenos (eventos e processos) mentais são produzidos por processos biológicos eletroquímicos específicos. Trata-se de uma contraposição à perspectiva de Fodor, segundo a qual nenhum fenômeno físico existente no

mundo exibe as mesmas capacidades encontradas na mente, como a consciência e a intencionalidade, de forma ser extremamente difícil naturalizar esses tipos de fenômenos. Conforme Searle, o sentido de processamento de informação empregado na ciência cognitiva é bastante abstrato para a apreensão da natureza biológica concreta da intencionalidade intrínseca, tendo em vista que a informação no cérebro é específica para alguma modalidade, como, por exemplo, o tato, a visão, o pensamento. O tipo de processamento de informações apresentado nos modelos computacionais de cognição consiste na obtenção de uma série de símbolos como *output* em resposta a um conjunto de símbolos como *input*, o que obscurece o fato de que as experiências externas ao organismo são eventos conscientes e concretos, produzidos no cérebro por processos eletroquímicos específicos, de modo que a confusão desses eventos e processos com manipulação formal de símbolos consiste em confundir a realidade com o modelo, culminando na conclusão de que “no sentido de ‘informação’ empregado na ciência cognitiva, é simplesmente falso dizer que o cérebro é um dispositivo de processamento de informações” (SEARLE, 1997, p. 320-321).

Buscando explicitar que a decisão puramente cognitivista e sintaticista de Chomsky intercepta a problemática das condições de possibilidade quanto à forma da linguagem no mundo, já que a sintaxe, enquanto condição de linguagem, não existiria no mundo físico, Searle (1992) questiona a plausibilidade de a sintaxe existir no cérebro – mente – humano, que participa como componente de tal universo. Além disso, o autor tece uma objeção à *razão cognitiva*, isto é, à concepção cognitiva do mental como sendo algorítmico, defendendo que a sintaxe não satisfaz à semântica. Para Searle (1983), uma caracterização sintática, funcional e computacional de processos e estados mentais não é capaz de abarcar, bem menos explicar, o seu semanticismo, a sua intencionalidade. Desse modo, o filósofo coloca aqueles que seriam os dois grandes equívocos da analogia cognitivista: i) a desconsideração da possibilidade de existência de formas qualitativas linguisticamente expressas; e ii) a ocultação da questão da intencionalidade. Na concepção de Searle (1983), o verdadeiro centro do problema referente ao lugar que a mente ocupa na natureza, o qual não pode ser resolvido pela naturalização do computacionalismo – uma vez que, segundo o autor, a sintaxe não consiste em uma propriedade física –, reside na intencionalidade.

Considerações Finais

As discussões sobre a natureza da mente e suas propriedades perpassam toda a história da filosofia ocidental. Entre esses componentes mentais, a linguagem sempre despertou

enorme interesse, do que resultou, sob a ótica de diferentes áreas do conhecimento, a proposição de diversas teorias e modelos que buscaram explicá-la. Indubitavelmente, as proposições chomskyanas, que colocaram a Linguística no seio das Ciências Naturais, foram essenciais para o desenvolvimento de modelos e abordagens teóricas a partir da segunda metade do século passado. Mais recentemente, a Neurociência, cujas técnicas de estudos desenvolvidas nos últimos vinte anos têm proporcionado instrumental capaz de viabilizar a observação do funcionamento do cérebro durante as atividades mentais, foi preponderante para a consolidação de uma área de estudos acerca da descrição e da explicação funcional dos processos cognitivos, em especial, da linguagem¹⁴.

Embora se trate de um âmbito de pesquisas consolidado, em que os debates são constantes e frutíferos, tal área investigativa encontra-se em franca expansão, havendo contribuições por parte de estudiosos de diferenciadas orientações epistemológicas e metodológicas, aspecto que desencadeia posturas bastante distintas. Nesse contexto, é imprescindível que sejam feitas sistematizações críticas sobre tais movimentos, sendo este trabalho um possível representante.

Faz-se importante ressaltar que, conforme assinalado, juntamente ao fato de haver determinadas questões que são de interesse de Chomsky, Putnan, Fodor e Searle, como a discussão internalismo/externalismo, natureza e funcionamento da semântica e da sintaxe e o lugar da computação no processamento da mente/linguagem, as posturas teóricas desses autores entrelaçam-se, ora de modo convergente, ora divergente, originando formulações de importância acentuada para os estudos sobre mente/linguagem, tanto na perspectiva da Linguística quanto na da Filosofia. Ademais, mesmo com posicionamentos distintos, é possível depreender que tais estudiosos concebem linguagem e mente como fenômenos indissociáveis nos processos de significação humana.

Referências

CHOMSKY, N. *Perspectivas sobre a linguagem e a mente*. Sobre natureza e linguagem. Trad. de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CHOMSKY, N.. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. Tradução Marco Antônio Sant'Anna. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

¹⁴ Vale ressaltar, entretanto, que as técnicas de estudo desenvolvidas pela Neurociência ainda estão longe de explicitar a natureza e o funcionamento de diversas propriedades da linguagem, tais como a sintaxe (Cf. MODESTO, no prelo).

- CHOMSKY, N.. *New Horizons in the study of language and mind*. Cambridge: University Press, 2000.
- CHOMSKY, N. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra: Armênia Amado, 1975.
- CHOMSKY, N. *Linguagem e pensamento*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1971.
- CHOMSKY, N.. A Review of B. F. Skinner's Verbal Behavior. *Language*, n. 35, v.1, 1959, p. 26-58.
- CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.
- DAMÁSIO, A. R.. *E o cérebro criou o homem*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FODOR, J. *The Modularity of Mind*. Cambridge (Mass): The MIT Press, 1983.
- FODOR, J. *The Language of Thought*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1975.
- GARDNER, H. *A nova ciência da mente*. 3ªed. São Paulo: EDUSP, 2003.
- GAZZANIGA, M. S.; MANGUN, G.R.; IVRY, R.B. *Neurociência Cognitiva: A Biologia da Mente*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. São Paulo:Atlas, 2010.
- MEZZAROBA, O.; MONTEIRO, C. S. *Manual de Metodologia de Pesquisa no Direito: atualizado de acordo com as últimas normas da ABNT*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- MODESTO, M . Internalismo e externalismo em linguística e a neurociência da linguagem. *Alfa: Revista de Linguística* (UNESP. Online), 2014.
- NORONHA, D; FERREIRA, S. Revisões da literatura. In: CAMPELLO, B. S; CENDÓN, B. V; KREMER, J. M. (Eds) *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. p. 191-198.
- PUTNAN, H. *Representation and Reality*. Cambridge, MA: A Bradford Book, 1991.
- PUTNAN, H.. *Mind, Language, and Reality: Philosophical Papers*, vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- PUTNAM, H. The Meaning of 'Meaning'. In: *Language, Mind and Knowledge*. Minnesota Studies in the Philosophy of Science, vol. 7, ed. Keith Gunderson (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1975), pp. 131-193. Repr. in *Mind, Language and Reality*, 1975, p. 215-271.
- PUTNAM, H. Minds and machines. In: HOOK, S. (Ed.). *Dimensions of mind*. New York: Collier Books, 1960.
- ROTHER, E.T.. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. *Acta Pau. Enf.* n. 20, v. 2, 2007, p. 1-3.

SEARLE, J. *A redescoberta da mente*. Trad. Eduardo Pereira e Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SEARLE, J. *The rediscovery of the mind*. Cambridge Mass., Londres: MIT Press, 1992.

SEARLE, J. R. Minds, brains, and programs. *Behavioral and Brain Sciences*. p. 417-45, 1980.

SEARLE, J.. *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983

SKINNER, B. F. *Comportamento Verbal*. São Paulo: Cultrix, 1978. (Trabalho original publicado em 1957).

SMITH, N. Prefácio. In: CHOMSKY, N.. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. Tradução Marco Antônio Sant'Anna. São Paulo: Editora UNESP, 2005.